



**PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE**  
**Secretariado Nacional**

Praia, 1/04/91

CIRCULAR

A todos os membros  
do Conselho Nacional do PAICV

**Assunto: Conferencia Nacional de Quadros**

Tenho o prazer de informar o(a) Camarada que a Comissão Política do PAICV, na sua III reunião de 30/3/91, tendo em conta:

1. A necessidade de conferir maior eficiência à organização e realização da Conferencia
2. A conveniencia em alargar o maximo possivel as discussões a nivel sectorial
3. A sobreposição de datas com as jornadas de Engenharia a nivel dos sete paises de expressão oficial portuguesa, a ter lugar na Praia

decidiu adiar a Conferencia Nacional de Quadros para os dias 10, 11 e 12 de Maio de 1991.

O Secretario Executivo

financeiras

Sup/Dam

Doc. 1  
Dest. SG

**Assunto: Conferência Nacional de Quadros**

**1. Introdução**

Na sua primeira reunião depois das eleições de 13 de Janeiro, o Conselho Nacional deliberou convocar uma conferência nacional, para um debate alargado, essencialmente com quadros militantes e amigos do PAICV.

A decisão do C.N. corresponde a ideia de que o Partido enfrenta, desde há muito, graves dificuldades de crescimento, renovação, relacionamento interno e de mobilização, principalmente dos grupos mais jovens e mais preparados da sociedade cabo-verdiana.

A questão da natureza e do desempenho do Partido nas diferentes fases da sua existência bem como a sua adaptação às novas condições de intervenção política surgiu veemente durante a campanha eleitoral para a ANP e nas reflexões que os resultados de 13 de Janeiro e 17 de Fevereiro provocaram.

A conferência justifica-se pela necessidade de um debate vital e tem assento nos estatutos do Partido (art.21).

Os principais resultados esperados são : a melhor compreensão da natureza do PAICV e do seu desempenho em diferentes épocas; aclaração do projecto de sociedade que defende para o futuro; assunção inequívoca das novas condições económicas, sociais e políticas de intervenção e aumento da sua capacidade de influenciar e mobilizar a sociedade.

A conferência deverá ser em si mesma um evento político marcante e um elemento básico do próximo congresso.

**2. Convocação**

Formalmente, cabe ao C.N. convocar a conferência nacional, por intermédio do Secretariado e dos comités de Sector. Por conseguinte, a intenção tornada pública a 27 de Janeiro deverá concretizar-se na sessão de Março.

Entende-se que o C.N. deverá fixar o número de participantes, esboçar o perfil ideal e distribuir quotas de militantes e amigos a convidar aos Sectores. Será útil a

deslocação do maior número possível de dirigentes aos Sectores na fase preparatória. A lista de participantes de cada Sector poderá ser aprovada em assembleia ou não, segundo critérios locais. Uma boa articulação entre a Comissão Organizadora e os Comités de Sector será fundamental, tanto na preparação das listas como do debate preliminar e do financiamento. Em resumo, o C.N. deverá fixar o número global de participantes, estabelecer os critérios de escolha e atribuir quotas aos Sectores. Estes escolherão os candidatos e programarão o debate e o financiamento com a Comissão Organizadora.

### 3. Participantes

O universo de escolha e o número de participantes deverão permitir a formação de uma assembleia representativa e eficaz: uma delegação de membros do CN, militantes e amigos do Partido, vindos de todas as ilhas e sectores de actividade, capacitados para dar uma contribuição teórica para a compreensão do momento político e o relançamento da organização. A conferência reunirá de 120 a 150 pessoas. Por razões económicas, cerca de 2/3 escolhidos em Santiago. Os participantes não militantes deverão constituir pelo menos 1/3 do total. Os membros do CN não integrantes da delegação poderão assistir aos trabalhos.

### 4. Financiamento

O Partido pagará as passagens. O alojamento, a alimentação e outras despesas extra-secretariado serão da responsabilidade dos participantes. A última hipótese deverá ser negociada localmente. As excepções à regra serão definitivamente resolvidas pelos Sectores. Haverá actividades específicas de angariação de recursos para fazer face a parte das despesas da conferência.

### 5. Comissão Organizadora

O CN mandatará uma comissão de 12 a 15 membros, militantes e amigos para, sob orientação do SG, preparar a conferência. Propõe-se a seguinte base:

Adão Rocha	José Pedro Andrade
Armindo Maurício	<u>José Maria Neves</u>
António P. Tavavares	<u>Júlio Correia</u>
Cláudio Furtado	<u>Manuel Varela</u>
Cristina Duarte	Marcos Oliveira
Felisberto Vieira	Mario Matos
Inês Brito Silva	Pedro Bettencourt

em missão  
"urbano" do  
KPS

O CN designará um membro da CP para presidir a C.O.

7. Fomentar o associativismo a todos os níveis, como forma de criação de espaços de influência, enquanto meio para constituição da capacidade reivindicativa das populações frente ao poder e espaços de aprendizagem da democracia pluralista.

Praia, Maio de 1991

Mário Matos